



Ata de Reunião

Ao oito dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco, às 09:50 horas, reuniram-se no Palácio das Araucárias, **Conselheiros da Sociedade Civil:** Laysmara Carneiro Edoardo/Povos de Terreiro/Titular, Ednamar Costa de Almeida/Povos de Terreiro/Suplente, Jean Gonçalves Barreto/Quilombolas/Titular, Rosemary Ferreira da Silva/Quilombolas/Titular, Tatiane Emilia Camargo Iovanovitchi/Povos Ciganos/Titular, Nardi Terezinha Casanova/Povos Ciganos/Suplente, Conceição Vieira Ramos Constante/Caiçaras/Titular, Suely Alipio dos Santos/Cipozeiras/Titular, Ana Maria dos Santos/Benzedeiras/Suplentes, Ailton Ferreira de Oliveira/Ilhéus/Suplente, Rosângela Darli Garcia dos Santos/Ilhéus/Suplente, Claudio de Andrade Corrêa/Pescador Artesanal/Titular. **Conselheiros do Poder Público:** Ellen Cunha do Nascimento/SEEC/Titular, Daniel Ricardo Andreatta Filho/SEDEF/Suplente, Sandra Aparecida da Silva/SEED, Felipe Kamaroski/SEMIPI/Suplente, Clemilda Santiago Neto/SEMIPI/Suplente, Maria Regina dos Santos/SEAB/Titular, Renê Wagner Ramos/SETI/Titular, Lucimar Pasin de Godoy/SESA/Titular, Amanda Sousa Araujo/SEIL/Suplente. **Convidados e ouvintes:** Ivânia Ramos dos Santos/SEMIPI, Ge Figueiredo, Luciana Rita Silva e Vinicius Pardo.

Pautas: 1. Abertura e boas vindas. 2. Apreciação e aprovação da Pauta; 3. Aprovação da ata de junho; 4. Informes Gerais; 5. Relato das Comissões; 6. Novo Fluxo de encaminhamentos; 7. Informe planos estaduais de políticas públicas; 8. Informe jogos de PCTs - Verão Maior Paraná; 9. Apresentação da Cartilha de Marcos Legais dos Povos de Terreiro; 10. Curso de brigadistas - Defesa Civil; 11. Organização do CEPCT - Evento online: Axé, resistência e memória - Povos de Terreiro no Novembro Negro; 12. Abono de faltas; 13. Apresentação do memorial de atuação Felipe Kamaroski; 14. Criação de GT para mapeamento dos PCTs no Paraná; 15. Informes da reunião com a COPEL; 16. Pronunciamento do Governador em evento na arena do Atlético; 17. Caminhada para os Orixás; 18. Projeto Barco Saúde Única. **Presidente Laysmara Edoardo/Povos de Terreiro:** informa que a reunião será extensa, com muitas pautas a vencer, sendo assim pede objetividade. Pede que a mãe Edna realize as boas-vindas da reunião. **Mãe Edna/Povos de Terreiro:** Se apresenta, está na reunião pela primeira vez, veio de Foz do Iguaçu. Faz a abertura

32 representando os povos de Terreiro, afirma que é quarta-feira dia dos Orixás da Justiça e dos
33 Caminhos, Xangô, é também dia de Iansã, a orixá das tempestades, mas também das soluções. Pede
34 aos orixás mencionados que no dia de hoje os provoquem boas ideias, boas intenções, para que
35 saiam da reunião sabios e preparados para os caminhos que vão levar. Para finalizar, recitou uma
36 cantinga da família de axé em que se iniciou. **Presidente Laysmara Carneiro Edoardo/Povos de**
37 **Terreiro:** informa que terá inclusão de mais 16 pautas na reunião. Aprovada as pautas iniciais,
38 partiu para a descrição das novas pautas. **Inclusão de pauta:** 19. Vice-Presidência, solicitação da
39 sociedade civil; 20. Edital das Comunidades Negras; 21. Audiência Pública dos Povos de Terreiro;
40 22. destituição de Quilombo Foz do Iguaçu; 23. Multas aplicadas para os terreiros em Foz do
41 Iguaçu; 24. Mangues de Paranaguá; 25. Carteirinhas de artesãos; 26. Crachás dos Conselheiros; 27.
42 Conflitos no Quilombo de Adelaide em Palmas-PR; 28. Carta de Anuência IAT; 29. Ônibus da
43 Sesal Outubro Rosa; 30. Comunicação com o Conselho Nacional de Povos e Comunidades
44 Tradicionais; 31. Chamada de Conferência Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável-PR; 32.
45 Campings em área de circo para povos ciganos; 33. Registro das produções, PCT's e as feiras dos
46 povos tradicionais; 34. Reunião com OAB primeira semana de Dezembro 2025.

47 **Mãe Silvana/Povos de Terreiro:** solicita inclusão de pauta: situação ocorrida em palestra em
48 Londrina com a conselheira suplente de povos de terreiro. **Pauta 7. Informe planos estaduais de**
49 **políticas públicas.** **Secretária-Executiva/Anne Lima:** solicita que seja feito o informe a respeito
50 dos planos estaduais de políticas públicas. **Felipe Kamaroski/SEMIPI:** explica que a SEMIPI está
51 finalizando um termo de cooperação com a SETI para a confecção do Plano Estadual de Políticas
52 Públicas dos Povos e Comunidades Tradicionais. A previsão é que seja entregue no primeiro
53 semestre do ano de 2026. **Ivânia/SEMIPI:** se apresenta. Atualmente é Diretora dos Povos e
54 Comunidades Tradicionais do Paraná. Informa que a pauta da construção dos planos é prioridade
55 desde que chegou. Cita que é uma demanda que necessita uma metodologia estruturada, por isso
56 está sendo realizada em parceria com a SETI. Vão apresentar o cronograma para a construção dos
57 planos uma vez que falta ser firmada a assinatura do termo. **Presidente Laysmara Carneiro**
58 **Edoardo/Povos de Terreiro:** aponta a necessidade de manifestação, pois se já está em andamento
59 com contatos de professores e formação da equipe, não é possível esperar até dezembro para
60 receber o cronograma. Existe uma especificidade com relação ao plano dos povos e comunidades
61 tradicionais e dos povos indígenas, pois eles precisam participar em termos de protocolo de
62 consulta. Diz que não pode ser estruturada sem seu conhecimento e participação direta. Ainda que
63 exista uma equipe, pesquisadores, é professora de universidade estadual e não duvida da

64 competência das instituições para realizar a questão, não se trata de desconfiança. Mas é o
65 reconhecimento de suas especificidades, precisam trabalhar em conjunto. Frisa que tanto a SEMIPI
66 quanto a SETI precisam apresentar o cronograma e o planejamento o quanto antes. Indica que
67 devem trabalhar de forma conjunta, que eles estejam presentes no grupo de trabalho diretamente,
68 não apenas como consulta. **Ivânia/SEMIPI:** informa que há um protocolo padrão estruturado para
69 ser feito em conjunto. Estão tentando fazer sair o mais rápido possível, pois sabem a importância da
70 questão. No momento, a SEMIPI não tem uma data, mas a ideia é que seja entregue no primeiro
71 semestre de 2026. **Renê Vagner/SETI:** informa que nessas ocasiões são enviadas solicitações às
72 universidades para que demonstrem o interesse e disponibilidade. Estão aguardando o retorno das
73 instituições e assim que possível vão repassar os nomes. Afirma terem o comprometimento dos
74 prazos e as estruturas prévias que serão passadas para os três conselhos. **Ivânia/SEMIPI:** frisa que
75 como o termo ainda não está assinado, não podem firmar isso formalmente, mas já existe uma
76 articulação com a UNESPAR para esse projeto. Estão conversando sobre a possibilidade da
77 produção dos planos em três meses. São três planos e tem esse processo baseado nas conferências
78 pela ordem de cada uma. Estão buscando os interesses de entidades para garantir a celeridade e
79 qualidade metodológica. O plano não vai ser entregue pronto, ainda vai passar nos três Conselhos.
80 Está em andamento porque é um período de análise da demanda para estabelecimento de prazos.
81 **Presidente Laysmara Edoardo/Povos de Terreiro:** reafirma que se o prazo é três meses, em
82 dezembro é muito tempo para receberem o cronograma. Solicita com urgência a resposta com a
83 confirmação especialmente à sociedade civil quando o termo for assinado, com o cronograma, fluxo
84 para ser entregue. Será repassado solicitando que a SEMIPI faça uma comunicação.
85 **Encaminhamento:** a SEMIPI deve informar ao CEPCT assim que o termo de cooperação para
86 construção do plano estadual de políticas públicas seja firmado, encaminhando cronograma e
87 convidando para colaboração. **Pauta: 8. Informe jogos de PCTs - Verão Maior Paraná.**
88 **Felipe/SEMIPI:** informa que se trata de uma parceria entre a SEMIPI e a Universidade Federal do
89 Paraná por meio do Museu de Arqueologia e Etnologia, vinculado ao programa de antropologia e
90 conversam com outras áreas também. A ideia é para realização da ação no Verão Maior Paraná, cita
91 que os jogos serão voltado para um letramento das pessoas que estarão na praia na temporada,
92 sejam idosos, crianças os veranistas em geral forma dinâmica e pedagógica. **Secretária-**
93 **Executiva/Anne Lima:** solicita que seja realizada indicação pelos conselheiros de um representante
94 de cada segmento para fazer parte do GT que será criado pela SEMIPI para construção conjunta do
95 conteúdo dos jogos. **Ivânia/SEMIPI:** afirma que o MAE-UFPR possui diversos trabalhos voltados
96 para área pedagógica com livros, jogos e afins. Agora na secretaria estão procurando fazer parte de

97 diversos espaços de promoção de política com abordagens desse tipo e terão as três políticas no
98 Verão Maior, com Mulher e Pessoa Idosa também. Vai ser uma ação voltada para o conhecimento,
99 quantos povos e comunidades existem no Paraná, quais são. Porém, estão correndo contra o tempo,
100 pois é em dezembro. Por isso fizeram toda a conversa prévia com os professores da UFPR para
101 tentar comprar os jogos originais mesmo. **Presidente Laysmara Edoardo/Povos de Terreiro:**
102 pergunta se eles também vão estar envolvidos nas ações do Verão Maior. **Ivânia/SEMIPI:** explica
103 que no Verão Maior provavelmente nem a SEMIPI propriamente dita que vai aplicar esses jogos.
104 Vai ser entregue à Secretaria de Esporte com pessoas capacitadas para isso. Por vezes vão
105 representantes na SEMIPI, mas é para trabalhar e dar suporte no evento em si. Mas depois podem
106 evoluir o produto às escolas, municípios. A ideia é abrir esse caminho para um letramento num viés
107 bem positivo mesmo. **Encaminhamentos: aprovado pela plenária. os Conselhos da sociedade civil**
108 **vão encaminhar os nomes, um titular e um suplente de cada segmento. Pauta: 6. Novo Fluxo de**
109 **encaminhamentos.** **Ivânia/SEMIPI:** informa que vão começar a trazer algumas ações mais
110 transparentes de como acontece depois das reuniões. Estão fazendo reestruturações na Diretoria.
111 Uma das metas é deixar bem evidente como funciona o fluxo, pois determinadas coisas demoram
112 tanto. Quer “elevar a régua” em relação a governança, gestão, pois na Secretaria há Conselhos
113 consolidados, como o da Mulher e da Pessoa Idosa, mas os Conselhos da Pasta de Povos e
114 Comunidades Tradicionais são novos; então, protocolos que a equipe não adotava, agora vão
115 instituir. Então, a partir de agora, após toda reunião de conselho a equipe SEMIPI vai se reunir para
116 ver como podem fazer para agilizar o processo. Muitas vezes é mais viável interlocução entre
117 secretários e secretarias, puxar uma conversa lá. Por isso, agora querem fazer esse processo para
118 que possam focar nas entregas, pois às vezes é importante ligar para saber como conseguir uma
119 reunião ou outras demandas. Hoje não conseguiram, mas pensa em fazerem uma reunião antes
120 também para validar as pautas. Esteve deliberando muitas demandas acumuladas. Agora, querem
121 focar nos Conselhos para criar protocolos, explicar como funciona aos municípios que agora
122 também estão começando a fazer. Estão, nesse processo de destrinchar todas as dúvidas que eles
123 possam ter em relação a protocolo, como funciona, sempre vão estar trazendo essas informações de
124 forma transparente e também tentar agilizar esse processo de articulação com municípios,
125 entidades; estão aproximando bastante eles. Também querem uma visão de projeto mais estruturais,
126 pois o que acontece, por exemplo, na educação, várias coisa picadas; precisam reunir tudo isso e
127 chamar uma reunião com o Conselho. É uma tentativa de fazer um processo de comunicação um
128 pouco mais assertiva e que não façam conversas picadas. Focar em mais demandas e projetos
129 estruturantes que resolvam a causa raiz. São ações que estão procurando fazer e vão envolver mais

130 o Conselho nesse sentido. **Presidente Laysmara Edorado/Povos de Terreiro:** argumenta que o
131 ponto não é um informe e precisa ser colocado como pauta para discussão. Afirma que já verificou
132 que o novo fluxo está ocorrendo, pois quer informar a Plenária que saíram ofícios assinados em seu
133 nome sem o seu conhecimento. A SEMIPI assinou os ofícios sem passar por ela. Foram
134 despachados sem o seu conhecimento, com a assinatura também de um outro documento no e-
135 Protocolo pela Diretora Ivânia e isso não pode acontecer. Porque, nesse caso, estão falando de
136 falsidade ideológica, de aparelhamento do Conselho; estão falando da Secretaria assinando por ela,
137 pois a Secretaria tem a sua assinatura digital e soltou os ofícios e ela não leu os ofícios. Questiona
138 como que vão participar mais, pois não estão participando; saíram da reunião de agosto ofícios com
139 a sua assinatura sem ela ler. Por isso, não é um informe, precisam discutir isso; inclusive, a
140 depender da forma em que for conduzido, é caso de Ministério Público. Solicita que retornem aos
141 informes e voltem ao ponto de pauta posteriormente. **Ivânia/SEMIPI:** afirma ser importante a
142 colocação da Presidente. Essa ação que vão fazer com relação a reunião é por conta disso. O que
143 vinha dos Conselhos já estava validado, as secretarias já haviam validado e feito comunicação
144 direta. É isso também que causou desconforto para eles, pois como assim não passou pela
145 Presidente. **Presidente Laysmara Edoardo/Povos de Terreiro:** afirma que foi somente da última
146 reunião que ocorreu isso, em todas as outras ela teve acesso aos ofícios, leu com antecedência,
147 revisou e retornou à secretária-executiva com correções e aí foi despachado. Somente dessa última
148 reunião, em virtude dessa mudança de fluxo que aconteceu isso. Ficou sabendo ontem, pois
149 receberam no material das Câmaras com ofícios datados de setembro que ela não tinha lido.
150 **Ivânia/SEMIPI:** afirma que o fluxo ainda não alterou, vão fazer isso apenas após essa reunião.
151 **Presidente Laysmara Edoardo/Povos de Terreiro:** pontua que alterou porque ela não leu os
152 ofícios. Então, se está passando por setores da Secretaria, se a Secretaria está verificando
153 procedimentos que são aprovados nesse Conselho e a forma como vai ser encaminhado esse fluxo
154 já está em andamento. Precisam tratar isso como ponto de pauta. **Secretaria Executiva/Anne**
155 **Lima:** informa que não sabia da necessidade dos ofícios passarem pela Presidente antes do envio.
156 **Presidente Laysmara Edoardo/Povos de Terreiro:** informa que enviou um e-mail com todos os
157 cinquenta e seis ofícios que leu e assinou referentes a reunião de maio e informou que estava
158 aguardando os ofícios referentes a reunião de agosto. Ontem nas Câmaras Técnicas viu ofícios
159 datados de setembro enviados. **Secretaria Executiva/Anne Lima:** afirma que enviou muitos
160 ofícios com a sua assinatura de secretária-executiva, pede desculpas pois foi um erro seu de
161 comunicação, uma falha de iniciante, pois está entendendo os protocolos e um sistema todo novo,
162 não foi um erro da Diretoria. **Ivânia/SEMIPI:** informa que foi um fluxo da Diretoria mesmo, não é

163 responsabilidade apenas da Anne, pois ela tem uma assessoria da sua parte e da Hayanne, que é a
164 antiga secretária e pode auxiliar melhor ela com as próximas reuniões. Mas foi um erro de
165 comunicação mesmo, não foi uma questão do fluxo em si, pois o fluxo não alterou. A mudança vai
166 ser que toda reunião eles vão fazer uma reunião depois para melhor deliberação.

167 **Presidente Laysmara Carneiro Edoardo/Povos de Terreiro:** afirma que a comissão pode
168 ocorrer, mas ela é para discussão e não deliberação, pois as deliberações são do Conselho e não da
169 SEMIPI. Solicita que encerrem a discussão, retornem aos informes e retomem a questão no ponto
170 de pauta. **Felipe Kamaroski/SEMIPI:** questiona se há sentido em interromper a discussão no meio
171 para retomar depois; fica muito quebrado. Por que não concluir agora? **Presidente Laysmara**
172 **Edoardo/Povos de Terreiro:** afirma que podem encerrar a questão agora. Sua sugestão é retirada
173 desse ponto de pauta, pois a sociedade civil precisa discutir isso antes de ser colocado em Plenária
174 para discussão em dezembro. Por hora, o fluxo segue exatamente como estava até então para
175 possibilitar a reorganização da Presidência com a Secretaria-Executiva. Afirma que não foram
176 informados sobre o teor, se preocupa muito pelos eventos que aconteceram na passagem dessas
177 últimas duas reuniões ordinárias e a sociedade civil precisa se reunir. **Encaminhamento: aprovada**
178 **retirada de pauta. A presidência deve se reunir com a Secretaria-Executiva e a Diretoria para rever**
179 **os acontecimentos das duas últimas reuniões ordinárias, especialmente a de agosto. O ponto deve**
180 **retornar em dezembro.** **Ivânia/SEMIPI:** explica que no dia anterior recebeu a informação a respeito
181 das questões das assinaturas e ficou bastante preocupada. Afirma que eles não foram enviados, ela
182 não assinou. **Presidente Laysmara Edoardo/Povos de Terreiro:** afirma ser esse outro problema,
183 dois meses de atraso. Todas as suas deliberações de trinta e três pautas da reunião de agosto não
184 saíram. Afirma ser uma questão preocupante e fala sem rodeios. A preocupa porque talvez estejam
185 falando em um aparelhamento desse Conselho, enquanto presidência de sociedade civil afirma que
186 isso não vai acontecer. Já tiveram históricos de aparelhamento de Conselhos inclusive dentro da
187 Secretaria em questão, ela tem conhecimento disso. Está em contato com integrantes de outros
188 Conselhos. Isso ocorre e todos ali tem sabedoria disso. Possuem resultados de conferências
189 aparelhadas na qual há uma produção de discurso de participação efetiva da Sociedade Civil, mas a
190 organização não permite que de fato tomem decisões e deliberem. Então, quando escuta aqui que os
191 ofícios não saíram não porque de fato ela não tinha conhecimento deles, mas porque não foram
192 validados pela Diretoria, isso é um problema; quando ouve que há uma comissão que vai deliberar,
193 questiona sobre o que seria se a plenária já o fez. Deliberam no Conselho. A SEMIPI, a Diretoria é
194 responsável por executar. Entende a coerência desse fluxo, pois sabem o andamento interno das

195 secretarias, mas ninguém delibera nada após a Plenária. **Ivânia/SEMIPI:** afirma que o foco não é
196 deliberação. Sua preocupação é com os prazos para terem agilidade no envio e nas respostas,
197 acompanhar mais de perto essa questão. Tiveram essa alteração das secretarias, por isso o erro de
198 comunicação. Faz uma justificativa e afirma que deveriam ter feito um encontro antes com a
199 Presidência e a Secretaria-Executiva para alinhar melhor essas questões. **Presidente Laysmara**
200 **Edoardo/Povos de Terreiro:** Afirma que é um monitoramento importante para garantir entrega nas
201 demandas. Pede que conste em ata. No regimento aprovado na reunião passada, consta que a
202 presidência quando for sociedade civil deve constar como interessada nos e-Protocolos. Isso é uma
203 forma de monitoramento também. Por isso, tirar o ponto da pauta pois são muitos detalhes a serem
204 discutidos. **Ivânia/SEMIPI:** afirma que essas são discussões saudáveis, pois todos eles vão embora
205 e quem vem precisa ter isso bem desenhado para que não percam o que foi conquistado. Afirma que
206 a equipe tem esse propósito de manter a sociedade civil próximo, ter os espaços para fala e precisam
207 consolidar, fortalecer isso para que permaneça e perdure. A vontade é essa para que não dependa
208 apenas da boa vontade de quem vai vir. Então, estabelecer protocolos é isso, sair do caótico para
209 deixar organizado, em um nível mais alto, para que as diretrizes permaneçam independente de quem
210 vier. **Pauta: 15. Informes da reunião com a COPEL. Claudio/Pescadores e Pescadoras**
211 **Artesanais:** informa que a reunião com a Copel foi online. Eles estiveram nas comunidades
212 fazendo uma consulta para instalação de placas solares. A comunidade solicitou que fizessem o
213 cabeamento, que seria melhor, pois esse projeto das placas solares não dá energia o suficiente para
214 chuveiro, nem geladeira ou freezer, mas afirmaram que seria placa solar mesmo. **Presidente**
215 **Laysmara Edoardo/Povos de Terreiro:** afirma que a reunião com a Copel teve resultado negativo.
216 A comunidade está questionando a prática. Um dos principais pontos é que para a instalação de uma
217 placa é necessário o desmatamento de 80 árvores. **Cláudio/Pescadores e Pescadoras Artesanais:**
218 informa que foram solicitados os cabos, pois a sua instalação demanda menos desmatamento, sendo
219 apenas três árvores para passar a fiação. Afirma que a comunidade não quer desse jeito, pois vai
220 desmatar e não vai atender a necessidade da comunidade por chuveiro e freezer, sendo esse
221 essencial para a comunidade pesqueira. **Ivânia/SEMIPI:** questiona se a demanda está mapeada,
222 quantas comunidades e casas seriam. Assim, podem avaliar a possibilidade de fazer uma reunião
223 estrutural. **Felipe/SEMIPI:** informa que participou de uma reunião com a COPEL em que
224 afirmaram estar fazendo um estudo com placas solares de capacidade energética ampliada, que no
225 caso seria suficiente para a demanda. **Claudio/Pescadores e Pescadoras Artesanais:** frisa que na
226 reunião com a Copel o projeto apresentado são com as placas solares que não tem capacidade para
227 atender o mínimo das populações. Forneceriam apenas oitenta kilowatts por mês. Fala que não pode

228 ser deixado assim, precisam de mais reuniões. Muitas vezes fazem projetos para ganhar dinheiro em
229 cima das comunidades. **Presidente Laysmara Edoardo/Povos de Terreiro:** afirma que, inclusive,
230 é uma questão que já foi publicizada, virou matéria de televisão em que falaram que seria
231 implementado até março. **Cláudio/Pescadores e Pescadoras Artesanais:** informa que também há
232 uma situação similar na Ilha do Mel, onde é ainda mais acessível passar os cabos, pois já tem
233 energia lá; mas tem uma comunidade de cerca de vinte e três famílias em que estão insistindo para
234 aceitarem placas solares que desmatam e fornecem pouca energia. **Ana Carolina/MP:** pergunta por
235 meio do chat qual é a comunidade e quantas vezes a Copel foi até eles para tratar do tema da
236 energia. **Cláudio/Pescadores e Pescadoras Artesanais:** afirma que é a comunidade de Barbados,
237 não sabe o número exato de vezes que a Copel foi até a comunidade. A última vez que foram foi em
238 março. **Pauta - Construção de Usina em quilombos de Palmas: Rosemary/Quilombola** informa
239 sobre uma reunião que tiveram com o INCRA e SANEPAR, a respeito da construção de Usina em
240 três territórios de quilombolas no Município de Palmas. Querem redirecionar o esgoto de um dos
241 bairros do município para os territórios quilombolas. A situação está sendo debatida e estão fazendo
242 de tudo para eles aceitarem. Afirma que possuem o respaldo do Ministério Público, assim como
243 outras instituições. A comunidade não aceita isso, não quer que ocorra, além de tudo vai ter
244 desmatamento de boa parte do território para realizar o projeto, não podem deixar isso acontecer.
245 **Presidente Laysmara Edoardo/Povos de Terreiro:** afirma que, nesse caso, o resultado da reunião
246 foi positiva: conseguiram segurar o projeto para consulta com a comunidade. É um projeto
247 desatualizado e somente após a consulta com a comunidade será retomado.

248 **Pauta – Relato das Comissões: Educação e Cultura. Pauta - Protocolo: 24.256.987-3**
249 **Rosemary/Quilombola:** trata-se de ofício enviado à prefeitura de Dr.Ulysses sobre transporte
250 escolar às comunidades quilombolas de Gramadinho e Varzeão. Informa que o ofício teve um
251 equívoco, pois não deixou explícito que a solicitação era referente a ter um transporte separado para
252 crianças menores, por questão de segurança mesmo. Da maneira em que foi enviado o entendimento
253 foi que estavam pedindo o aumento da frota, e os órgãos entenderam não ser necessário, pois o
254 ônibus atual atende à demanda integralmente. Fala que refizeram o ofício frisando a necessidade de
255 serem fornecidos transportes diferentes por faixa etária. **Encaminhamento: 1. agradecimento do**
256 **retorno e corrigir a solicitação, pois indentificaram que as comunidades quilombolas de**
257 **Gramadinho e Varzeão solicitaram que o transporte dos alunos fosse separado por faixa etária e que**
258 **disponibilizasse um micro-ônibus para transporte adequado e seguro das crianças menores. 2.**
259 **Conselheiro Jean ficou responsável por levantar qual o número total e idade dos alunos que são**

260 transportados. Comissão Permanente de Saúde e Infraestrutura - Protocolo 24.256.378-6: trata-
261 se de ofício enviado do CEPCT para a SESA a respeito de um Sacerdote de Matriz Africana que, ao
262 tentar realizar um atendimento de um filho de santo que estava internado após um acidente, foi
263 impedido sob a alegação de que precisaria de carteirinha de Sacerdote. Informa que receberam
264 resposta da SESA na qual informam que não há qualquer legislação sanitária que oriente a
265 necessidade de documentos para fins de visitas de líderes religiosos em hospitais; ainda, consta
266 quais são as orientações sanitárias gerais para pacientes em UTI. Afirma que visitas desse tipo
267 contribuem para a melhora do quadro de saúde do paciente, e a lei nº 9.982 dá respaldo a essas
268 intervenções. Questiona se não seria o caso de enviar ofício a SETI também, visto que se trata de
269 um hospital universitário. **Presidente Laysmara Edoardo/Povos de Terreiro:** recomenda
270 arquivamento do Protocolo, faz uma observação sobre a questão do fluxo que levou ao não
271 conhecimento da presidência em relação ao que sai ou não do Conselho. Essa foi uma deliberação
272 da reunião de agosto e o ofício em questão também deveria ter ido ao hospital. Pode ou não ter sido
273 feito, o fato é que ela não tem essa informação. Afirma que não vê necessidade de encaminhar a
274 SETI no momento. O fato de terem essas informações da SESA é suficiente para terem uma
275 informação consistente a respeito. **Encaminhamento:** ciência e arquivamento. **Comissão**
276 **Permanente de Território, Desenvolvimento Socioambiental Sustentável e Segurança:**
277 **Protocolo 24.256.880-0:** Felipe Kamaroski/SEMIPI: fala que trata-se do envio de ofício à SEAB
278 solicitando levantamento das condições dos Quilombos de Gramadinho e Varzeão para identificar
279 as possibilidades de crédito voltado a programas de agricultura familiar. **Encaminhamento:**
280 **Retifica ofício para o IDR, para resposta formal e oficial. Solicitar à conselheira do IDR para qual o**
281 **setor responsável.** Maria Regina/SEAB: pontua que quando a comunidade quer acesso ao crédito,
282 a comunidade tem que procurar o IDR mais próximo para saber quais itens necessários para ter
283 acesso ao crédito e quais as normas podem ser seguidas. Para quem não tem sede do IAT próxima,
284 pode ligar ao IDR e solicitar falar com Daniele ou Miriam para tirar dúvidas. Porém, o ideal é a
285 comunidade procurar a unidade do IDR mais próxima da região, porque assim conseguem todas as
286 informações e agendar visitas. **Protocolo 24.256.776-5:** Felipe Kamaroski/SEMIPI: diz que trata-
287 se da solicitação feita ao IAT de envio de documentação do mapeamento de terras e territórios
288 ocupados por Povos e Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná. **Encaminhamento:** Foi
289 **recebido o mapa e optou-se por ciência e arquivamento.** **Protocolo 23.391.311-1:** Felipe
290 **Kamaroski/SEMIPI:** informa que trata-se de solicitação ao IAT, via ofício, de indicação de
291 servidor para participar das reuniões a fim de tratar a situação dos produtos não madeiráveis, a
292 solicitação foi contemplada com nome e contato de um servidor. **Encaminhamento:** ciência e

293 arquivamento. **Protocolo 24.665.819-6: Felipe Kamaroski/SEMIPI:** fala que trata-se de
294 solicitação de informação sobre o status de protocolos de consulta sendo executados nas PR-407,
295 PR-405 e PR-412. Algumas comunidades relataram que já iniciaram as obras, porém não sabem se
296 são municipais ou estaduais. **Encaminhamento: Ofício ao IAT e ao DER para solicitar um**
297 protocolo de status de consulta sobre as PR com: nomes das comunidades consultadas, as pessoas
298 responsáveis por conduzir as consultas. *Encerrado o relato das comissões.* **Pauta 11 Organização**
299 **do CEPCT - Evento online: Axé, resistência e memória - Povos de Terreiro no Novembro**
300 **Negro. Mãe Silvana/Povos de Terreiro:** explica a pauta da organização de evento de Povos de
301 Terreiro, na chegada de Novembro Negro. Propõe que o Conselho, junto a outros órgãos, promova
302 um evento online voltado para Povos de Terreiros e religiões de Matrizes Africanas. A ideia é
303 realizar encontros virtuais com palestras, rodas de conversas, minicursos sobre as religiões de
304 matriz africana, abordando temas como combate ao racismo religioso, valorização das tradições
305 afrobrasileiras, letramento racial, fortalecimento das comunidades de terreiro. Com intuito de
306 parcerias de Universidades, coletivos culturais, lideranças religiosos, para reforçar o compromisso
307 com a promoção da igualdade racial e o respeito a diversidade religiosa. Frisa que a proposta de ser
308 online é para que seja acessível, gratuito, aberto a toda a comunidade, com divulgação nas redes
309 sociais e captação do público. Indica que a programação pode ser pensada em conjunto para atender
310 as necessidades do segmento. **Presidente Laysmara Edoardo/Povos de Terreiro:** complementa
311 afirmando que há uma grande demanda de acesso a conhecimento que vem de professores da
312 educação básica, por exemplo. Podem pensar em uma espécie de parceria com a própria SEED,
313 SEMIPI e CEPCT; talvez utilizar a Escola de Gestão e gerar certificado para atingir os docentes da
314 educação básica. Fala que é uma proposta em construção, ainda não possuem data. **Felipe/SEMIPI:**
315 sugere que o Conselho, com a sociedade, faça a organização do evento a partir dos canais de
316 comunicação próprios com parceria das universidades, pois a SEMIPI não teria técnico para essa
317 demand. O ideal seria a sociedade civil organizar o evento em nome do Conselho, emitir os ofícios
318 e convites. Podem utilizar o próprio *Webconf* (sistema utilizado nas reuniões do Conselho) para
319 realizar. **Presidente Laysmara Edoardo/Povos de Terreiro:** explica que hoje é professora da
320 UNIOESTE, Mãe Silvana é professora no IFPR. Poderiam tocar isso como um projeto de extensão
321 nas respectivas universidades, mas a ideia é que seja um evento de iniciativa pelo Governo do
322 Estado, vinculada ao CEPCT, para que seja oficial do Governo do Estado, atingindo a educação
323 básica. Sugere a construção de um grupo temporário entre SEMIPI e SEED para conversar melhor a
324 respeito. **Clemilda/SEMIPI:** salientou que a SEMIPI poderá contribuir com o Conselho na
325 organização do evento, fortalecendo a construção em conjunto, e que a SEMIPI pode intermediar

326 com os demais órgãos de Estado, a Escola de Gestão. Precisam ver como eles querem que o evento
327 seja montado, visto que a iniciativa é do Conselho. **Mãe Edna/Povos de Terreiro:** salientou que
328 seja usado um diálogo com as empresas sobre capacitação e letramento racial de funcionários, com
329 realização de *cards* para serem colocados em ônibus, postos de saúde, com uma comunicação fácil
330 e rápida para além do evento em si. **Presidente Laysmara Edoardo/Povos de Terreiro:** pontua
331 que seriam dois encaminhamentos então: a produção do evento com enfoque em atingir a educação
332 básica e a confecção de materiais para serem postos em espaços públicos. **Felipe**
333 **Kamaroski/SEMIPI:** afirma que sobre a questão da cartilha podem fazer uma consulta, pois há um
334 plano de execução orçamentária dentro da Secretaria que deve ser seguido, pois o Conselho não tem
335 fundo para impressão desse material. **Mãe Edna/Povos de Terreiro:** afirma ser importante
336 desenvolver esse diálogo junto com as secretarias, tanto para produção, quanto para impressão dos
337 materiais. **Encaminhamento:** formação de comissão temporária para organização do evento de
338 religiões de matriz afriacana do Novembro Negro e produção de cartilhas educativas. Composição
339 gov: SEED, SEMIPI, MP, DP, SETI e SEEC. Composição sociedade civil: Laysmara, Mãe Edna,
340 Mãe Silvana e Mãe Josiane. **Pauta - situação ocorrida em palestra em Londrina com a**
341 **conselheira suplente de povos de terreiro e Pauta - Audiência Pública dos Povos de Terreiro.**
342 **Mãe Silvana/Povos de Terreiro:** explica que solicitou a pauta pois precisam registrar algumas
343 questões. Já esteve presente em dois eventos em que isso aconteceu, o último foi em Londrina, em
344 que a conselheira suplente, Mãe Josiane, afirmou que a cadeira dos Povos de Terreiro no Conselho
345 é fraca, fato que ocorre pela segunda vez, pois teve uma reunião com o Eduardo na organização de
346 um evento em Curitiba que ela fez a mesma afirmação. Afirma que seu objetivo é expressar
347 desacordo a essa afirmação, pois ela não exprime a realidade do trabalho que eles têm feito no
348 Conselho, não somente ela e a Lays, mas todos os outros membros do Conselho vêm atuando com
349 muita seriedade, compromisso, representatividade. Acredita que isso precisa ser reconhecido.
350 Destaca o trabalho da Laysmara que vem exercido a presidência do Conselho, um trabalho com
351 firmeza, diálogo, respeito, representando todos os Povos e Comunidades Tradicionais que compõem
352 o Conselho. Afirma que críticas são muito bem-vindas, mas quando são construtivas; quando é
353 apenas a afirmação de que a cadeira de Povos de Terreiro é fraca, em um evento com outras pessoas
354 presentes, isso deslegitima todo o esforço coletivo e o papel das conselheiras do segmento no
355 Conselho, como um espaço de participação e defesa de direitos. Quer registrar a questão, que conste
356 em ata, para que possam refletir sobre importância de manter respeito entre eles, de fortalecer cada
357 vez mais o papel do CEPCT, pois isso deveria ter sido resolvido lá atrás, desde a primeira fala entre
358 os Povos de Terreiro. Questiona por que não sentar e dialogar com elas a respeito, ler as atas,

359 participar das reuniões, o que for de mais acesso. Afirma que é uma questão que acaba
360 deslegitimando todo o Conselho, por não enxergar espaço para diálogo trouxe a pauta para reunião.
361 Afirma que em nenhum momento sua intenção foi pedir a saída da conselheira, mas talvez um
362 convite para conversa ou o compartilhamento das atas com a conselheira para que ela se intere das
363 ações do Conselho, para que esse tipo de fala não se alastre e seja pejorativo ao Conselho. Afirma
364 que, se há um descontentamento por parte de conselheiros, isso deve ser discutido com eles, pois a
365 luta dentro do Conselho é árdua de todas as partes, seja por parte dos conselheiros de sociedade
366 civil, que estão na luta para conseguir acesso ao mínimo, e também do Gov, em fazer com que isso
367 se efetive porque tem barreiras dentro dessas instâncias, pois todo processo é moroso; todo processo
368 é complexo e nem todos têm êxito. Se não fosse o caso, não existiria Conselho, pois tudo estaria
369 funcionando perfeitamente. Fazem dentro da sua capacidade o possível para garantir que as
370 próximas gestões tenham um espaço melhor para discutir as políticas. **Presidente Laysmara**
371 **Edoardo/Povos de Terreiro:** afirma que solicitou a junção dos pontos de pauta por se tratar da
372 mesma conselheira para que possam pensar em um encaminhamento. Inclusive, para mostrar como
373 não é apenas uma questão interna dos Povos de Terreiro, mas sobre o Conselho como um todo.
374 Relata em um evento de março organizado pela SEMIPI, gestão anterior da Diretoria, Mãe Silvana
375 se deslocou até Curitiba para comparecer como conselheira titular representante do Conselho, e
376 ela não foi nominada, e a Mãe Josiane foi colocada na mesa por escolha da Direção. Isso aconteceu
377 novamente segunda-feira, pois uma audiência pública estadual organizada na ALEP, conduzida por
378 um grupo, promovida pelo deputado Adilson. Há questões sobre o grupo que são internas aos Povos
379 de Terreiro, pois há uma oposição deles às conselheiras que foram eleitas titulares e, quanto a isso,
380 não cabe ao Conselho. Soube da audiência pelo *Instagram* e solicitou à SEMIPI para providenciar
381 sua presença, pois trouxeram a pauta da audiência na reunião de fevereiro, e infelizmente
382 aconteceu, o Conselho não foi convidado. Passou uma semana em contato com a assessoria do
383 deputado e sequer foi nominada na lista de autoridades presentes. Afirma que não se trata dela
384 como Laysmara de Povos de Terreiro não ter sido nominada. O Conselho Estadual de Povos e
385 Comunidades Tradicionais não foi nominado. A questão que estão trazendo é que o que parece ser
386 uma disputa pessoal é uma condição em que o Conselho está sendo difamado. Em eventos oficiais,
387 o reconhecimento da participação oficial do Conselho é uma forma de legitimar e reconhecer a sua
388 existência enquanto Povos e Comunidades Tradicionais, e isso não está acontecendo, pois há uma
389 conselheira suplente que em determinadas ocasiões está atuando de maneira a dificultar seus
390 trabalhos. Frisa que a intenção não é remover ninguém do Conselho. Traz a pauta, pois acredita que
391 nesses casos da audiência, e outros eventos, falas das quais possuem gravações, sua sugestão é

392 solicitar uma retratação ao Conselho, e não a elas como indivíduos. Solicita à Plenária que seja
393 realizada uma comunicação ao deputado Adilson Kiaro para questionar o porquê de não mencionar
394 o Conselho de Povos e Comunidades Tradicionais, mesmo sabendo de sua presença. Afirma que
395 por ser uma audiência pública teve oportunidade de fazer uma fala e demonstrar a presença do
396 Conselho, mas destaca a necessidade de um reconhecimento oficial do CEPCT nesses espaços. **Mãe**
397 **Edna/Povos de Terreiro:** saúda a plenária. Explica que é iniciada dentro do Candomblé há 43
398 (quarenta e três) anos. Sabe das suas políticas de sociedade religiosa que muitas vezes não é nada
399 amigável. Primeiro, afirma que apoia a atuação de Laysmara e Silvana no Conselho, pois se elas
400 estão aqui foi porque eles se reuniram e escolheram isso. Assume sua posição de suplente com
401 honra. Porém, se posiciona falando que a conselheira suplente Josianne deveria estar ciente do que
402 está sendo tratado aqui, pois ela está sendo citada e não foi comunicada. Aponta que participa de
403 outros Conselhos e que a abordagem tomada não é ética; discutir essa questão sem a presença dela.
404 Aproveita para corrigir a questão, pois o pai de santo citado é seu filho, Pedro. Desde ontem teve
405 essa preocupação com a conversa que tiveram por receio da retirada da conselheira. Pontua que
406 falta um diálogo, chamar a Josianne, apresentar as provas, e, ao mesmo tempo, chamar dentro do
407 grupo de Povos de Terreiro, que tem várias lideranças do Paraná, fazer esse chamado e questionar
408 ela sobre a questão. **Presidente Laysmara Edoardo/Povos de Terreiro:** afirma que esse diálogo já
409 aconteceu. Estão há um ano de gestão nesse Conselho e estão recebendo situação de difamação.
410 **Mãe Edna/Povos de Terreiro:** diz que entende, mas da mesma forma em que colocaram elas nessa
411 posição de confiança, isso deveria ter sido compartilhado desde princípio, para que eles pudessem
412 também opinar sobre isso. **Mãe Silvana/Povos de Terreiro:** diz que entendeu a fala da Mãe Edna.
413 Explica que elas não estão entendendo esse comportamento porque ela nunca esteve na reunião,
414 mesmo estando próxima. Poderia ir e se inteirar. Elas têm os grupos para tentar fortalecer. Ela pediu
415 sugestões várias vezes no grupo, mas às vezes as coisas ficam tão desencontradas. Reafirma que
416 não iriam colocar pauta de retirar cadeira de maneira alguma, pois é uma conquista dos Povos de
417 Terreiro, nem passou na intenção, mas está se tornando muito redundante de falar que suas cadeiras
418 são fracas. Fala que fazem as suas lutas, mas não possuem o poder de mudança dentro do que
419 querem. Elas tem esperanças e travam suas batalhas para conseguir o mínimo possível do objetivo.
420 Afirma enxergar um desrespeito por não haver tentativa de diálogo já que a pessoa em questão está
421 tão insatisfeita. **Mãe Edna/Povos de Terreiro:** propõe que elas mandem mensagem no grupo dos
422 Povos de Terreiro para que eles marquem reuniões após as do Conselho; assim, podem discutir os
423 positivos e negativos. **Presidente Laysmara Edoardo/Povos de Terreiro:** afirma que isso pode
424 ser uma organização interna do Povos de Terreiro, mas a pauta foi levada a reunião para

425 conhecimento do Conselho, que o mesmo está sendo difamado por uma conselheira, justamente
426 para manifestação do restante do Conselho. Indica que o conselho mande uma notificação à
427 conselheira para que a mesma possa vir na próxima reunião ordinária e fazer uma retratação,
428 podendo ser por escrito ou oral. O segundo encaminhamento seria a comunicação ao deputado
429 Adilson Kiarolo. **Ana Maria/Benedeiras e Benzedores:** relata que quando participou do
430 Conselho anteriormente, o representante dos Povos de Terreiro era o Rômulo, de Colombo, e o
431 Robson, de Londrina. Afirma que os dois fizeram um trabalho muito bom. Os Povos de Terreiro
432 não são pouca gente, não. Agora, precisam defender quem eles elegeram, porque as benedeiras são
433 bastante e elas sabem quem escolhem para colocar. Se tinham Povos de Terreiro em todo o Estado
434 do Paraná para colocar, precisavam pensar em quem escolher, porque às vezes têm pessoas que não
435 entram para ajudar, mas sim para atrapalhar. **Felipe Kamaraski/SEMIPI:** questiona se cabe ao
436 Conselho tomar esse papel de fiscal. Afirma que em ambos os Conselhos da pasta há movimentos
437 naturais de discordância interna. Se for o caso se abstém da discussão. Argumenta não fazer sentido
438 impor uma retratação a alguém. **Presidente Laysmara Edoardo/Povos de Terreiro:** afirma que
439 não se trata de impor algo, mas por se tratar de uma conselheira que compõe o CEPCT é sobre abrir
440 esse espaço para que ela explique essa postura. Não é um pedido de desculpas ou tentativa de
441 silenciamento. Mas é uma situação em que o Conselho está sendo exposto, estão tendo uma
442 condição de legitimidade e fragilidade a partir da fala de uma pessoa que faz parte do Conselho. A
443 intenção é chamá-la para uma manifestação oficial. **Felipe Kamaroski/SEMIPI:** afirma que nesse
444 ímpeto burocrático as pessoas podem ocupar um cargo e falar o que for. **Ana Maria/Benedeiras e**
445 **Benzedores:** afirma que é preciso tentar conversar com ela, pois não podem admitir essa questão se
446 repetindo. **Lucimar/SESA:** se abstém da primeira proposta e apoia a segunda. **Mãe Edna/Povos de**
447 **Terreiro:** se abstém da primeira proposta. **Encaminhamento:** 1. solicitar a retratação da
448 conselheira suplente a respeito das falas que tem ocorrido a respeito da gestão atual do conselho.
449 (aprovado com 6 abstenções). 2 oficiar para retratação o gabinete do deputado estadual Adilson
450 Kiarolo a respeito ao reconhecimento e legitimidade do Conselho de Povos e Comunidades
451 Tradicionais, em razão da audiência pública dos Povos de Terreiro realizada no dia 6/10 (aprovado
452 por unanimidade). **Pauta: 10. Curso de brigadistas - Defesa Civil.** **Felipe/SEMIPI:** explica que
453 tiveram solicitações de quilombos a respeito de incêndios dentro dos territórios e encaminharam
454 com a Defesa Civil um curso de brigadistas. Tiveram uma boa experiência e, a partir disso,
455 pensaram em fazer outra edição abrindo para mais segmentos de PCTs. Será um curso online e
456 quem tiver interesse pode entrar em contato com a Anne. **Ivânia/SEMIPI:** explica que as turmas
457 serão abertas para 30 a 40 pessoas. A metodologia não é totalmente remota, eles também vão até a

458 comunidade para fazer um último módulo presencial e estão avaliando a possibilidade de deixar *kits*
459 de segurança nas comunidades.

460 **Encaminhamento:** Jean/Quilombola e Cláudio/Pescadores Artesanais ficam responsáveis por fazer
461 contatos com a sociedade civil a respeito. Pauta: 12. Abono de faltas. Secretária Executiva/Anne
462 **Lima:** explica que trata-se do abono de faltas por conta da presença no Conselho. Nesse caso,
463 tratando-se da conselheira Laysmara, receberam resposta da SEED com argumentação de que não
464 há previsão legal para o abono de faltas. Sugere que talvez seja o caso de discutir uma previsão
465 legal, pois é de interesse coletivo e um direito. **Presidente Laysmara Edoardo/Povos de Terreiro:**
466 fala que no artigo 18º da lei nº 17.425/2012 e lei nº 22.106/2024 que instituem e regulamentam o
467 Estado consta que “O desempenho da função de membro do Conselho Estadual de Povos e
468 Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná – CEPCT/PR, que não tem qualquer remuneração
469 ou percepção de gratificação, será considerado serviço relevante prestado ao Estado, com seu
470 exercício prioritário, justificadas as ausências a qualquer outro serviço, desde que determinadas
471 pelas atividades próprias do Conselho.” Afirma que possuem legislação e, mesmo com esse
472 respaldo legal, o retorno foi com relação às ausências em função das reuniões de outubro e
473 dezembro do ano passado. Todas as reuniões deste ano ela tem negociado diretamente com a
474 direção da sua escola, apresentando a legislação. A própria escola reconhece como uma ausência a
475 trabalho. Mas as dez faltas referentes a outubro e dezembro estão em seu dossiê funcional e ela está
476 em estágio probatório; então, isso pode ser considerado como uma condição e prejudique seu
477 avanço de carreira ao longo dos próximos anos. Afirma que a pauta foi colocada pela Secretaria-
478 Executiva. Afirma ter sido importante, pois trata-se mais uma vez de uma questão das
479 comunicações inter-secretarias, pois a SEED está ciente da questão e, mais uma vez, não houve
480 retorno a respeito. **Felipe Kamaroski/SEMIPI:** questiona a problemática da diferença entre
481 justificativa e abono. **Secretária-Executiva/Anne Lima:** explica que justificativa ainda consta
482 como falta e há perda dos direitos pecuniários; Abono a pessoa consegue basicamente retirar a falta.
483 **Presidente Laysmara Edoardo/Povos de Terreiro:** afirma que é um problema que pode atingir
484 diversos membros da sociedade civil e precisam ter uma maneira de respaldo para que tenha abono
485 de falta. **Secretária-Executiva/Anne Lima:** fala que a ideia é pensar em mecanismos que garantam
486 esse abono e convida os representantes da OAB a se manifestarem. **Lucimar/SESA:** sugere enviar
487 à assessoria jurídica da SEMIPI para que eles possam auxiliar na questão. **Felipe**
488 **Kamaroski/SEMIPI:** relata não ser a primeira vez. A conselheira de comunidades tradicionais
489 negras saiu do Conselho, pois ela era enfermeira e estava em estágio probatório; sem o abono das

490 faltas, saiu por medo de perder o cargo. **Presidente Laysmara Edoardo/Povos de Terreiro:**
491 agradece e frisa não ser sobre um caso pessoal, pois no seu caso a APP-Sindicato já se ofereceu
492 para fazer apoio jurídico. Ainda terá um ano e meio de estágio probatório e, se, der problema vai
493 recorrer. É importante o encaminhamento para garantir que o problema não atinja outras gestões.
494 **Encaminhamento:** encaminhamento do protocolo à Assessoria Técnica da SEMIPI para um
495 **parecer jurídico. Pauta: 13. Apresentação do memorial de atuação Felipe Kamaroski. Felipe**
496 **Kamaroski/SEMIPI:** se apresenta. É antropólogo e atualmente atua na SEMIPI. Antes disso, por
497 muitos anos atuou com a ARPINSUL, que é uma organização da sociedade civil vinculada à
498 Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, que é uma organização que atua a nível de Brasil. Sua
499 atividade com eles foi voltada ao contexto de encarceramento de povos indígenas e direitos
500 humanos para indígenas em vulnerabilidade, especialmente aqueles em situação de cárcere. Em
501 seus anos iniciais, em 2021, tomou interesse pela temática ao trabalhar em conjunto com um amigo
502 antropólogo e Kaingang, após o desaparecimento de uma pessoa indígena Kaingang dentro do
503 sistema carcerário. A família estava muito preocupada, não falava português e não sabiam como
504 lidar com a situação. Fizeram um artigo do caso, o qual foi apresentado na USP, e também em uma
505 audiência pública na ALEP, em que puderam expôr esse e outro casos similares. Tudo está online
506 para livre acesso. Após, se desdobraram outros assuntos, como um GT dentro dos órgãos de justiça
507 nacionais e estaduais para acompanhar essa questão de pessoas indígenas encarceradas. A partir
508 daí, passou a fazer laudos antropológicos para casos que envolvam a privação de liberdade dessa
509 população. A maioria de seus laudos foi referente a questões sobre violência contra mulheres
510 indígenas; o primeiro que fez foi também o primeiro do Paraná. Também ministrou um curso para
511 funcionários da Defensoria Pública e do Conselho da comunidade voltado para uma capacitação de
512 como lidar com casos desse tipo. Depois de realizar uma manifestação em relação aos casos de
513 desaparecimento e violência, o Conselho Superior da Defensoria Pública emitiu a resolução 037, o
514 qual fala sobre tratamento de povos indígenas no contexto do Paraná. Desde 2023 tem atuado com a
515 Associação Brasileira de Antropologia, na qual faz parte do Comitê Nacional de Laudos
516 Antropológicos, em que tem uma parceria com a 6ª Câmara do MPF, que trata de povos e
517 comunidades tradicionais. Tem essa proximidade para estabelecer normatividade a nível de
518 Conselho Nacional de Justiça. Mesmo existindo normativa, as pessoas que operam nos cargos do
519 judiciário, há dificuldade de lidar com pessoas diferentes, pois dentro do sistema judiciário há uma
520 serie de regras que, *a priori*, a pessoa está certa em seguir, só que muitas delas são construídas em
521 um contexto de colonialismo em que não se previa diferença. Essas pessoas muitas vezes são
522 jogadas às margens em um sentido literal geográfico e temporal. Trata-se como “o outro é sempre

523 um selvagem, frente a minha civilidade”. Então, buscam trazer essas discussões dentro do
524 judiciário. Recentemente recebeu um convite do MP para criar um curso enquanto pesquisador para
525 questão dos povos indígenas. Terá uma primeira turma com 44 juízes. Tudo isso é sua atuação
526 como sociedade civil e não como SEMIPI, pois é seu lado mais proativo de atuação. Afirmo que
527 utiliza suas férias para esse princípio – produção de materiais e reuniões –, pois é uma coisa que
528 vive no seu dia a dia. Explica que está apresentando todo esse contexto, pois veio solicitar um apoio
529 ao CEPCT. Existe uma vaga dentro da Defensoria Pública de Ouvidor-Geral da Defensoria Pública
530 do Paraná; a pessoa que o ocupa esse cargo tem a função de fazer uma ponte entre as demandas da
531 sociedade civil e as questões internas da Defensoria Pública, que vão desde pensar salário a alugar
532 espaços para a Defensoria, quadro de pessoal, até questões mais efetivas para os direitos humanos,
533 como criar ou não núcleos específicos para PCTs. Afirmo que conseguiu cartas de recomendação de
534 pessoas indígenas por conta de sua atuação, assim como do CEPI. Tem conselheiros do CEPCT que
535 também o apoiam e agradece do fundo de seu coração, pois acredita que é mais um depósito de
536 esperança do que pode vir do que por influência ou capital político. Portanto, pede uma carta de
537 recomendação do CEPCT. Atua no Conselho há bastante tempo e contribuiu para a Conferência e
538 outras construções. **Presidente Laysmara Edoardo/Povos de Terreiro:** pede para ele falar de
539 maneira mais resumida para onde vai a carta. **Felipe Kamaroski/SEMIPI:** explica que o Ouvidor é
540 eleito dentro do Conselho Permanente de Direitos Humanos (COPEDH). É a mesma estrutura do
541 CEPCT, só que na SEJU. Hoje, o COPEDH define uma lista tríplice que vai para o Conselho
542 Superior da Defensoria Pública, que, por sua vez, escolhe uma das três pessoas ou pede para
543 apresentarem uma nova. Inclusive, acredita que a abordagem é um pouco problemática, pois em
544 São Paulo abrem para todos os Conselhos de Direitos apresentarem sua lista tríplice, o que é uma
545 demanda que vai trazer ao Conselho posteriormente. Hoje, o sistema é fechado ao COPEDH, com
546 votos de oito membros da sociedade civil. O fato é que não há representação de povos indígenas,
547 nem de povos e comunidades tradicionais no COPEDH; não tem a ambição de ocupar esse espaço,
548 mas é um incômodo que outros Conselhos de Direito não possam opinar. Em São Paulo, a lista
549 tríplice não é totalmente indicada pelo Conselho de Direitos Humanos, cada uma das posições vem
550 de um diferente: uma é do Conselho de Entidades. Todos os Conselhos de Direitos do Estado
551 indicam uma pessoa, e uma terceira posição é de um conselho interno da DPSP que não tem no
552 Paraná. Em suma, é um processo mais pulverizado e possui uma natureza democrática mais efetiva
553 que no Paraná, mas isso é para um segundo momento, pois o edital já está aberto; mas é uma briga
554 essencial para os conselhos comprarem assim que passar essa eleição, pois precisam ter voz nesse
555 processo. Hoje, todas as pessoas que querem ocupar essa posição devem se inscrever no edital do

556 COPEDH e fazer uma defesa como a que ele fez hoje; depois disso, há uma audiência pública em
557 que farão uma defesa mais aberta da pretensão ao cargo. **Presidente Laysmara Edoardo/Povos de**
558 **Terreiro:** faz um resumo afirmando que o Felipe está pleiteando esse cargo trazendo junto a ele sua
559 atuação em defesa dos povos indígenas e dos povos e comunidades tradicionais. Veio fazer essa
560 solicitação. Fala que conhecem o Felipe, viram sua atuação desde as pré-conferências e acredita que
561 só precisam definir se vão ou não dar a carta de apoio. **Encaminhamento: aprovado por**
562 **unanimidade. PAUSA PARA ALMOÇO.**

563 *Retorno às 13h45*

564 **Presidente Laysmara Edoardo/Povos de Terreiro:** faz a abertura, reforçando a necessidade de
565 serem sucintos na discussão. **Lucimar/SESA:** realiza um informe. Distribuiu panfletos do Outubro
566 Rosa entre as pessoas presentes e solicita que distribuam essas informações de saúde e cuidado das
567 mulheres nas bases. **Pauta: 18. Projeto Barco Saúde Única.** **Ruana Adelai:** saúda a plenária.
568 Agradece a oportunidade de estar presente para apresentar o trabalho que realizam com
569 comunidades tradicionais, principalmente Caiçaras, algumas comunidades indígenas também. Veio
570 à convite do **Claudio/Pescador Artesanal.** É médica veterinária e trabalha com manejo
571 populacional de cães e gatos nas comunidades tradicionais. Observa a intensidade em que eles se
572 proliferam e não há qualquer projeto para aferir isso; é uma questão que afeta várias populações e
573 têm impactos socio-ambientais. Nesse contexto, criaram o Barco Saúde Única em 2018, por uma
574 demanda da própria comunidade. A equipe começou com um mutirão de castração, mas na ocasião
575 perceberam o estado severo da saúde com doenças como bicho de pé, bicho geográfico, sarna – o
576 que também estava afetando as pessoas da comunidade. Apesar do nome, não possuem um barco.
577 Explica que partem do conceito de Saúde Única, que pensa integralmente as pessoas, animais e
578 natureza. Buscam trabalhar com essa abordagem. Vão trabalhar com animais, mas observam o
579 ambiente, o saneamento, a água e a saúde das pessoas como um todo. São profissionais de
580 Veterinária, mas procuram sempre convidar profissionais de outras áreas da saúde e social. Atuaram
581 em comunidades caiçaras, algumas comunidades indígenas; querem trabalhar com comunidades
582 quilombolas e outras comunidades rurais também. Entendem que precisam trazer um olhar mais
583 ampliado da presença animal nas comunidades tradicionais. Explica como é o processo, fazem um
584 passo inicial de consulta que chamam de “territorialização”: conversar com as pessoas, entender a
585 dinâmica, se há vontade da comunidade e quais as estruturas que poderiam utilizar na comunidade
586 para realizar as atividades. **Conceição/Caiçara:** relata que sua comunidade está em uma região
587 próxima ao Pontal do Paraná, e vê essa necessidade em sua comunidade, pois, os mutirões de

588 castração são na cidade e fica muito longe na comunidade; fala que enfrentam várias situações com
589 os animais da comunidade. **Ruana Delai** afirma que fazem esse trabalho na comunidade, fazem nas
590 estruturas que a comunidade fornece, nada muito elaborado. As comunidades que têm protocolo,
591 eles realizam as ações com base nessas diretrizes. Realizam ações clínicas para melhorar as
592 condições de saúde dos animais, com vermífugo, vacina, ou tratar doenças de animais que precisam
593 antes de fazer cirurgias. Realizam ações educativas associadas a projetos de pesquisa da PUC e
594 UFPR, o que faz o financiamento dos insumos das visitas. O serviço é feito de maneira totalmente
595 voluntária. Quando começaram esse projeto, a ideia era construir uma política pública, o que é um
596 processo muito longo e demanda sensibilizar muitas pessoas. Por isso, procuram fazer articulação
597 com os municípios para conseguir apoio logístico. Fala que instauram uma base, mas também
598 andam pela comunidade para tratar os animais soltos, realizando atendimentos de baixa
599 complexidade que não dependem da clínica para ter diagnóstico; procuram levar medicamentos
600 para contribuir ao tratamento. Em uma próxima ação, retornam para fazer a castração. É um projeto
601 que mobiliza a comunidade para participar das ações. Explica os mutirões de castração: montam
602 uma espécie de hospital de campanha com todos os equipamentos adquiridos e transportados pelo
603 projeto, realizam pré-operatório, operatório e pós-operatório. Mostra ações em Ilha das Peças,
604 Morretes, Almeida, Paconduva, Superagui e Sede de Guaraqueçaba. Mostra as atividades com as
605 crianças e adolescentes de Educação em Saúde, com um público mais acessível que leva as
606 informações para o restante da comunidade; falam sobre guarda responsável, maus tratos e os tipos
607 de doenças. Afirma que atenderam clinicamente 1403 animais e castraram 365. Fala sobre o projeto
608 de pesquisa. Afirma ser uma conversa delicada nas comunidades, pois muitas delas cercearam suas
609 práticas tradicionais. Afirma que o projeto segue uma via de monitoramento e controle das doenças
610 transmissíveis entre pessoas e animais. Esperavam encontrar muitas pessoas com essas doenças por
611 conta do ambiente, mas viram que não seria o caso. Porém, os animais estavam sendo muito
612 afetados, e fizeram esse tratamento para evitar a transmissão. Afirma que, no presente ano,
613 iniciaram ações de combate à Dengue, pois há uma previsão de que o Sul será fortemente afetado
614 no próximo ano. Fizeram coletas nas comunidades para averiguar a questão da dengue, sempre se
615 comunicando com as pessoas da comunidade e garantindo pleno consentimento. Afirma que, na
616 parte de educação e saúde, trabalham com prevenção para entender como está a proliferação dos
617 mosquitos nas comunidades. Afirma que, em Guaraqueçaba, o município não tem um sistema de
618 vigilância sanitária que alcança essas comunidades – pensando no pós-infestação. Finaliza falando
619 sobre o recurso financeiro. Possuem uma média: o atendimento clínico é 50 reais por animal; a
620 castração 70 reais por animal; mas o maior gasto é com logística, alimentação, hospedagem e

621 transporte. Quando há apoio da prefeitura, ou da comunidade, facilita o processo do projeto. Solicita
622 apoio do Conselho para levar o projeto e a pauta para frente, fortalecendo esse e outros projetos que
623 trabalham com a questão. Apresenta a equipe e fala que mais informações podem ser acessadas pelo
624 instagram [@barcosaudeunica](#) ou o e-mail bsaudeunica@gmail.com. Forneceu o número, que não
625 será exposto por questões de LGPD. **Ana Maria/Benedeiras:** afirma que em Rebouças há um
626 projeto de tratamento químico e castração, assim como um canil. O remédio para carrapato é
627 distribuído na Vila. Fala que é preciso pedir o apoio da prefeitura. **Ruana Delai:** fala que a grande
628 problemática são as comunidades mais isoladas em que os projetos das prefeituras não chegam.
629 **Felipe/SEMIPI:** questiona como o Conselho poderia contribuir, pois atualmente não tem fundo.
630 **Ruana Delai:** afirma que não seria de recurso, mas apoiar no debate público, nos projetos que estão
631 sendo feitos de castração que não atingem as comunidades de difícil acesso. O apoio seria no
632 sentido de incentivar uma política pública dentro das comunidades, pois muitas criam também
633 porcos e outros animais, respeitando também os saberes das comunidades tradicionais, e os projetos
634 feitos para os ambientes urbanos não se encaixam nas especificidades dessas comunidades.
635 **Presidente Laysmara Edoardo/Povos de Terreiro:** questiona se a SESA tem uma política para
636 isso. **Lucimar/SESA:** afirma que possui o setor de Saúde Ambiental, mas não tem informações a
637 respeito. **Laysmara/Povos de Terreiro:** sugere solicitar apoio da SESA para incentivar uma
638 política pública para isso. **Pessoa:** afirma que tiveram uma conversa com a SESA, mas não
639 conseguiram um acordo. A solicitação que fazem é apoio para incentivar que essas ações, não
640 somente de seu projeto, mas outros do tipo. **Ruana Delai:** relata que tiveram uma conversa
641 informal com a SESA em que constataram que a política que possuem para saúde dos animais,
642 castração etc., não chega a Guaraqueçaba e outras regiões fora do espaço urbano; precisam de uma
643 política que pense esses locais mais afastados: ilhas, territórios quilombolas e indígenas.
644 **Secretária-Executiva/Anne Lima:** sugere que entrem em contato com os municípios litorâneos
645 para enviar o calendário e solicitar apoio, assim como outros municípios da região litorânea
646 informando sobre o projeto e indicando a apoiarem a iniciativa em sua localidade. **Presidente**
647 **Laysmara Edoardo/Povos de Terreiro:** sugere fazer nas duas frentes, aos municípios e a SESA
648 para avaliar a possibilidade de incentivar uma política pública nesse sentido. Indica que também
649 apresentem no Conselho Indígena. **Everton/SEMIPI:** indica que o programa de castração hoje está
650 sob responsabilidade da SEDEST. **Encaminhamento:** 1. enviar um ofício para SESA solicitando
651 apoio ao projeto, assim como indicar que iniciem uma política pública nesse modelo. 2. ofício às
652 secretarias dos municípios litorâneos informando sobre o projeto Saúde Única e solicitando apoio
653 logístico e financeiro ao projeto, enviando o calendário e contato do mesmo; 3. enviar ofício à

654 SEDEST solicitando que o CastraPet alcance ou dê apoio a projetos que alcancem essas
655 comunidades tradicionais. Pauta: 9. Apresentação da Cartilha de Marcos Legais dos Povos de
656 Terreiro. Diekson/NUPIER: saúda a plenária e se apresenta. É assessor jurídico do Núcleo de
657 Promoção da Igualdade Étnico-Racial da Defensoria Pública do Paraná. Apresenta o projeto
658 desenvolvido em parceria com a SEMIPI sobre a Cartilha de Marcos Legais de Povos e
659 Comunidades de Terreiro, com fim informativo, em que elencam todas as legislações nacionais,
660 internacionais e locais que abarcam. Também tem esse intuito de dar acesso aos contatos da DP e da
661 SEMIPI, como canais de apoio e denúncia. Afirma que estão agora na etapa de captação de recursos
662 para impressão e distribuição do material. Coloca ao Conselho que o material existe apenas em
663 formato digital e é passível de alteração. Então, nessa etapa, estão colocando à disposição para que
664 o Conselho analise e sugira as alterações necessárias, e, posteriormente, podem fazer as impressões
665 e distribuições. **Mãe Edna/Povos de Terreiro:** afirma que recebeu a Cartilha ontem, mas o que
666 pode ver rapidamente acredita que vai contribuir bastante nas questões que estão enfrentando em
667 Foz do Iguaçu. **Felipe/SEMIPI:** afirma que o material tinha sido iniciado no início do ano passado,
668 mas o resultado não foi satisfatório. Recentemente, retomaram a questão em parceria com o
669 NUPIER, Camille e Rodnei. A parte jurídica ficou em grande parte pela DPE; o material tem
670 motivação de orientar, informar e respaldar tanto os agentes públicos quanto os Povos de Terreiro.
671 **Laysmara/Povos de Terreiro:** fala que acompanhou mais por fora, que os Povos de Terreiro de
672 Curitiba e Região Metropolitana participaram da construção. Pede para que seja compartilhado no
673 grupo e que os conselheiros do segmento distribuam nas bases em caso de ter sugestões. Afirma que
674 precisam pensar na questão da impressão, pois apesar de ser uma cultura oral, as pessoas que batem
675 no Terreiro para tirar o atabaque precisam ver o documento. **Mãe Edna/Povos de Terreiro** fala que
676 seria interessante chamar as pessoas da DPE que construíram a Cartilha para fazer uma
677 apresentação com as pessoas de Terreiro, pois a preocupação é com as Mães mais velhas que têm
678 dificuldade com esse material. **Felipe/SEMIPI:** sugere enviar a ata com a discussão.
679 **Diekson/NUPIER:** indica que seria bom já ter sugestões de municípios. **Laysmara/Povos de**
680 **Terreiro:** fala que inicialmente podem pensar em se organizar nas cinco regionais. É importante
681 pensar em ações que saem somente do âmbito de Curitiba. **Diekson** afirma que seria bom fazer a
682 articulação com as Defensorias locais para aproveitar a capilarização da Defensoria e os agentes
683 locais. **Encaminhamento:** 1. solicitar, por meio do envio da ata, ao NUPIER que faça ações *in loco*
684 em terreiros de regiões de risco para apresentar a Cartilha, principalmente aqueles com Mães e Pais
685 idosos. 2 cursos e formações de Povos de Terreiro nos municípios. 3. enviar Cartilha de Marcos
686 Legais dos PCTs no grupo. Pauta: 22. Destituição de Quilombo em Foz do Iguaçu. Mãe

687 **Edna/Povos de Terreiro:** afirma que foram surpreendidos com essa notícia. A Prefeitura está
688 tirando a família do Seu José e da Alaíde do terreno. Frisa que estão no local há muitos anos e
689 sempre fazendo contribuições que eles têm para a comunidade. É uma situação que faz parecer que
690 estão retrocedendo no tempo, com direitos sendo retirados. Afirma que estão fazendo uma
691 articulação a respeito com o COMPIR. Solicita movimentação do CEPCT para parar essa questão e
692 trazer um pouco de consciência de História. Eles já foram reconhecidos pela Fundação Palmares. Se
693 preocupa por ser amiga desse Quilombo, conhece sua história e como são pessoas da terra, pessoas
694 simples. Não podem deixar serem destituídos por ganância. **Clemilda/SEMIPI:** relata que essa
695 questão chegou à SEMIPI na segunda-feira. Receberam uma ligação da Maria Ferrati. Enquanto
696 SEMIPI, iniciaram uma articulação com a Itaipu Binacional, IAT e SUDIS. É um Quilombo
697 dissidente do Quilombo de Apepu. O que aconteceu é que o território pertencia à Itaipu, e ela,
698 ignorando a presença das pessoas negras no terreno, vendeu ao município. O município, também
699 ignorando essa presença, transformou em parque. Não se sabe se houve consulta pública para a
700 questão. Estão iniciando essa articulação partindo do pressuposto de que há uma responsabilização
701 por parte da Itaipu por terem cedido esse terreno lá no início. Hoje, terão uma reunião com o Paulo
702 Porto, um dos diretores da Itaipu, e a equipe está empenhada para ter um resultado positivo. Afirma
703 que o decreto municipal transformou em área unidade de conservação integral, mas nada impede de
704 ser alterado para uma área de unidade conservação sustentável em que eles possam permanecer.
705 **Laysmara/Povos de Terreiro:** afirma que conversaram a respeito. Diz que é importante a entrada
706 do Conselho nesse grupo que está resolvendo a questão, e também para auxiliar a comunidade com
707 o protocolo de consulta para que nenhuma ação seja tomada sem a anuência da comunidade. Propõe
708 ofício ao INCRA, IAT, Itaipu. **Felipe/SEMIPI:** fala que precisa ser analisado qual dos quatro tipos
709 de unidade de conservação integral é. **Clemilda/SEMIPI:** afirma que está na categoria de Parque
710 Municipal. Se compromete a passar o decreto ao Conselho; que a comunidade está no território há
711 40 anos e o parque foi decretado em 2023. Se compromete a sair da reunião de hoje com uma
712 perspectiva de data próxima em que o Conselho possa participar. Informar ao Conselho data da
713 próxima reunião para que possam participar. Explica que não foi uma unidade estabelecida “a toque
714 de caixa” e passou por todas as instâncias. Decreto 14.350. Requisitar a entrada do CEPCT no
715 coletivo debatendo o caso (convidar DP e MP). Reforçar a necessidade de consulta. Oficiar Itaipu,
716 Prefeitura de Foz do Iguaçu, Incra, IAT, Fundação Palmares. **Encaminhamento:** 1. entrada do
717 Conselho nos grupos e reuniões sobre a destituição do Quilombo Horta do Seu José e da Dona
718 Alaide (convidar DP e MP); 2. que a sociedade civil entre em contato com a comunidade para dar
719 um reforço da necessidade do processo de CLPI; 3. ofício ao INCRA, IAT, Itaipu, Prefeitura de Foz

720 do Iguacu solicitando esclarecimentos a respeito, assim como que apliquem os devidos
721 procedimentos da CLPI; 4 solicitar à Professora Clemilda que envie o decreto no grupo; 5 oficial
722 Fundação Palmares para dar apoio a comunidade. **Pauta: 14. Criação de GT para mapeamento**
723 **dos PCTs no Paraná. Laysmara/Povos de Terreiro:** afirma que os planos de políticas públicas de
724 outras políticas estão com um recurso extenso. Por exemplo, no Conselho da Criança e do
725 Adolescente estão com um recurso amplo, tendo possibilidade de fazer minicursos com a população
726 para realização do mesmo. Precisam pensar em uma ação similar deles em conjunto com estratégias
727 para iniciar o mapeamento. Não adianta ter os Planos sem essas informações para subsidiar as
728 políticas públicas. Frisa a importância que eles participem ativamente do comitê desse curso, pois
729 há possibilidade de usarem esse recurso para os fins do mapeamento. Precisam ir a campo, pensar
730 estratégias com a SETI, IPARDES, universidades. Afirma que não adianta ter um Plano sem um
731 mapeamento para que se tenha os dados necessários à aplicação de políticas públicas.
732 **Felipe/SEMIPI:** explica que hoje o Conselho não tem fundo. O CEDCA possui um orçamento
733 robusto que abarca esses minicursos; é o Conselho mais antigo do Estado e da própria SEJU. Eles
734 conseguem prever esse orçamento com o próprio recurso deles. Afirma que esse mapeamento
735 demanda tempo, estrutura, orçamento, processos burocráticos e que precisam desse Plano para
736 conseguir realizar o projeto. Indica que hoje estão acompanhando a discussão e pensando em seguir
737 o caminho de ter bolsistas das próprias comunidades para auxiliar nesse mapeamento. Sabe ser
738 cansativo, mas a conversa está sendo feita nas devidas instâncias. É uma coisa complicada e
739 precisam pensar em questões de orçamento, como a Lei Orçamentária Anual. Tudo isso é pensado a
740 partir do Plano para subsidiar o acesso a esse tipo de recurso. **Presidente Laysmara**
741 **Edoardo/Povos de Terreiro:** reforça que na reunião de abril, o então presidente, Gustavo Mussi,
742 mencionou a existência de um GT entre secretarias que estava discutindo isso. Questiona se está
743 ativo, como está, solicitaram entrar e não possuíram resposta. **Felipe/SEMIPI:** afirma que esse
744 grupo da SUDIS encaminhou fazer um formulário *on-line*; não teve sucesso por falta de adesão.
745 Fala que, apesar de ser uma boa iniciativa, não prosperou, e o grupo se dissolveu naturalmente. O
746 grupo era para tentar incluir as demandas dos PCTs na LOA, prevendo também o levantamento.
747 **Ruana Delai:** questiona se o mapeamento seria para localizar as comunidades ou saber quais são.
748 **Presidente Laysmara Edoardo/Povos de Terreiro** afirma ser sociodemográfico. Propõe reunião
749 com o IPARDES para tentar articular a pauta. **Encaminhamento:** Solicitar a reunião ao IPARDES.
750 Enviar a ata e pedir reunião. **Pauta: 16. Pronunciamento do Governador em evento na arena do**
751 **Atlético. Presidente Laysmara Edoardo/Povos de Terreiro:** relata ser uma questão bastante
752 grave. Uma fala do Governador do Estado em um evento de igrejas neopentecostais, evangélicas, na

753 Arena do Atlético Paranaense. Um evento grande, transmitido, corporativo; embora não tenha sido
754 aberto à população foi repercutido nacionalmente. O Governador afirmou que o Estado do Paraná
755 pertence a Jesus Cristo; afirma que é uma fala que atinge os Povos de Terreiro, principalmente
756 aqueles que não cultuam Jesus Cristo; é uma afirmação que limita a expressão desses Povos em um
757 Estado que é laico e precisam respeitar a essas práticas. Sugere uma comunicação indicando que a
758 fala não contempla os PCTs como um todo e é ofensiva. Sabe ser uma questão complexa, mas estão
759 em um órgão estadual, em um Estado laico, e essa fala os afeta. **Mãe Edna/Povos de Terreiro**
760 acrescenta que escutam muito que fazem “mimimi”, mas eles possuem uma história e merecem
761 respeito e valorização, independente do segmento e do poder público. **Encaminhamento:**
762 **comunicação ao Governador do Estado solicitando retratação a respeito de suas falas em evento no**
763 **estádio do Atlético Paranaense em que afirmou que o Estado do Paraná pertence a Jesus Cristo.**
764 **Pauta: 17. Caminhada para os Orixás. Presidente Laysmara Edoardo/Povos de Terreiro:**
765 informa que está prevista para o dia 1 de novembro, em Curitiba, proposta por um coletivo de
766 terreiro, movimento sociais e Poder Público através do Legislativo. **Encaminhamento: apoio do**
767 **Conselho para execução dessa caminhada, como ofícios e comunicação à Secretaria de Segurança**
768 **Pública para o ato público. Pauta: 19. Vice-Presidência. Presidente Laysmara Edoardo/Povos**
769 **de Terreiro:** afirma ser de conhecimento da Plenária a necessidade de afastamento do Gustavo
770 Mussi por motivos médicos, e a vice-presidência precisa ser redefinida. A sociedade civil solicita
771 que o governo faça isso o mais rápido possível, antes da próxima reunião, para que possam ter uma
772 representação, caso necessário. Entende não ser possível uma colocação mais contundente, mas
773 manifesta o apoio da sociedade civil para a Hayanne; é uma mulher de povo e comunidade
774 tradicional, cigana, esteve como secretária do Conselho por anos e está ciente das pautas. **Solicita**
775 **que o governo considere todo esse histórico e a manifestação. Pauta: 20. Edital Comunidades**
776 **Negras. Presidente Laysmara Edoardo/Povos de Terreiro:** afirma que fizeram uma comissão
777 temporária para elaboração do edital. Demorou por terem alterações na comissão, mas conseguiram
778 finalizar o documento e trouxeram para que pudessem aprovar um cronograma para divulgação e
779 aproximação dessas comunidades. Assim, poderão compôr a cadeira. **Encaminhamento: aprovado**
780 **por unanimidade. Pauta: 23. Multas aplicadas aos terreiros em Foz pela prefeitura. Mãe**
781 **Edna/Povos de Terreiro:** reafirma que parecem estar retrocedendo em Foz do Iguaçu após um
782 bom período de liberdade de ação; enquanto Povos de Terreiro, agora estão sendo reprimidos. Estão
783 sendo multados por coisas sem sentido, por falta de alvará, por tocar à tarde. Verificaram na
784 legislação que os templos religiosos são isentos de alvará; porém, os Povos De Terreiro são
785 retirados dessa isenção. Relata que um terreiro foi multado pelo galo cantando. Afirma que seu

786 terreiro tem CNPJ, mas não possui alvará, pois não conseguem arcar com os custos do que os
787 bombeiros solicitaram. É um problema que se intensificou com a atual gestão, pede apoio e
788 proteção do Conselho. **Dieikson/NUPIER:** pergunta se há Secretaria Municipal de Igualdade
789 Racial em Foz do Iguaçu. **Mãe Edna/Povos de Terreiro:** afirma ter o Conselho Municipal de
790 Promoção da Igualdade Racial - COMPIR, que estava na Secretaria de Direitos Humanos, que foi
791 extinta; afirma que tudo da Pasta passa pela mesa do Prefeito. **Dieikson/NUPIER:** afirma que, em
792 Curitiba, estão articulando um diálogo a partir da Secretaria do próprio Município. Aponta que
793 podem tentar uma estratégia parecida, e coloca a DPE à disposição. **Mãe Edna/Povos de Terreiro:**
794 fala que ficam sem saber a quem recorrer; precisam contar com o COMPIR e todos os órgãos estão
795 na mão do Prefeito. As multas estão saindo pela Secretaria do Meio Ambiente; é a terceira multa
796 que o Pai-de-Santo foi multado por conta de seu galo; recebe em dois locais diferentes: também
797 teve pela Secretaria da Fazenda. **Felipe/SEMIPI:** questiona se há denúncias no MP e DPE. **Mãe**
798 **Edna/Povos de Terreiro:** afirma que, até onde sabe, não, pois desanimam pelo aparelhamento do
799 Prefeito por tudo. Quando estava na cadeira do COMPIR tiveram uma questão com a Guarda
800 Municipal que ameaçava recolher os atabaques em caso de denúncia. **Felipe/SEMIPI:** questiona se
801 é interessante uma reunião com Prefeito, MP e DPE. **Dieikson/NUPIER:** confirma; fala que um
802 argumento que estão utilizando é a adesão do SINAPIR, pois, ao fazer isso, eles assinam um termo
803 de adesão em que firmam uma série de compromissos. Foi assinado pela Ministra, o Prefeito e uma
804 Gestora do Promoção da Política para Igualdade Racial. **Mãe Edna/Povos de Terreiro:** afirma que
805 o Prefeito e a Gestora mudaram. **Felipe/SEMIPI:** fala que o município segue respondendo à
806 adesão. **Lucimar/SESA:** afirma ser importante incluir o CONSEPIR por conta do repasse fundo-a-
807 fundo. **Encaminhamento:** solicitar agenda entre MP, DPE, CONSEPIR, COMPIR e prefeitura do
808 município de Foz do Iguaçu para discutir questões de isenção de alvará e multas a terreiros. **Pauta:**
809 **24. Mangues de Paranaguá/Ação AIFA.** **Presidente Laysmara Edoardo/Povos de Terreiro:**
810 fala de três pontos exaustivamente colocados e não houve retorno. Trata-se de um ponto que já saiu
811 da Conferência, sobre destruição de moradias em região caiçara pela ação AIFA; estão há mais de
812 um ano aguardando posicionamento em relação às questões, pois as violências estão acontecendo a
813 nível de perseguição. Pede que retomem as atas, vejam os número do processo para acompanhar.
814 **Felipe/SEMIPI:** relata estar acompanhando. Não é um processo só, são vários correndo. Entende
815 ser uma falta de comunicação do Judiciário; tem uma fragmentação e tudo está correndo na Justiça
816 Federal. Então, não vê como o Conselho pode influenciar. **Conceição/Caiçaras:** informa que foi
817 falado em reunião de fazer uma visita para eles, para ver o local e pegar relatos. É preciso ver para
818 ter essa firmeza, pois tem pessoas que moram lá há mais de 40 anos. O que tinha sido decidido era

819 fazer uma visita. **Laysmara/Povos de Terreiro:** fala que é necessário o levantamento dos
820 encaminhamentos sobre a pauta, **Conceição/Caiçaras:** indica que é um questionamento do motivo
821 de estar acontecendo isso, pois o povo caiçara protegeu o mangue o tempo inteiro. **Felipe/SEMIPI:**
822 sugere oficial a OAB para acompanhar a visita na comunidade tradicional, assim pode ser dada uma
823 assistência jurídica. **Dieikson/NUPIER:** sugere articulação com a DPU, Dr. Nuno, para
824 acompanhamento do caso. **Ailton/Ilhéus:** relata que fizeram isso com sua comunidade e foram
825 todos tratados como veranistas. **Encaminhamento:** 1. visita *in loco* com MPF, OAB, DPU e
826 representantes do Conselho; 2. fazer um levantamento dos encaminhamentos anteriores do
827 Conselho sobre a pauta. Pauta: 25. Carteirinha do Artesãos. **Laysmara/Povos de Terreiro:** fala
828 que semana passada saiu um mutirão para Curitiba. Porém, é mais uma questão que envolve
829 encaminhamento interno da SEMIPI e não tiveram retorno; pede celeridade, pois a solicitação é
830 antiga. **Felipe/SEMIPI:** sugere mandar o *link* do formulário para que seja disseminado, e eles
831 possuem um número para auxiliar no preenchimento. **Presidente Laysmara Edoardo/Povos de**
832 **Terreiro:** explica que estão solicitando que esse setor dê um auxílio a essas comunidades que estão
833 fazendo a solicitação, não somente pelo número, mas por meio de mutirão também.
834 **Encaminhamento:** solicitar celeridade no mutirão de carteirinha de artesanato dentro nas
835 comunidades tradicionais do litoral; fazer um levantamento dos protocolos a respeito. Pauta: 26.
836 **Crachá dos Conselheiros.** **Presidente Laysmara Edoardo/Povos de Terreiro:** afirma ser mais
837 uma demanda pendente da SEMIPI. É preciso dar celeridade a esse pedido, pois ajuda nas questões
838 de dar legitimidade aos conselheiros para consultas e visitas. É uma questão simples de execução.
839 **Felipe/SEMIPI** afirma não ser tão simples, pois tem questões legais envolvidas; tem um decreto
840 com os nomes e documentos das pessoas. **Presidente Laysmara Edoardo/Povos de Terreiro:** fala
841 que, quando apontaram essa necessidade anteriormente, nunca lhes fora informado de problemas a
842 respeito. Seria importante ter uma resposta da SEMIPI explicando essas questões, pois a própria
843 Secretaria responsável pela Pasta não tem dado retorno às demandas do Conselho.
844 **Encaminhamento:** levantar os encaminhamentos anteriores a respeito da pauta. Pauta: 27.
845 **Conflitos no Quilombo de Adelaide em Palmas-PR.** **Rosemary/Quilombolas:** afirma que o
846 quilombo de Adelaide está na última fase para ser titulado. Diz que tem uma parte do Quilombo que
847 não será titulada, apenas a parte verde vai ser. Isso está gerando uma ruptura na comunidade: a parte
848 urbana quer se dividir, fazer outro bairro e outra associação. Porém, fizeram dessa maneira pela
849 própria recomendação do INCRA de fazer a parte verde primeiro, pois seria mais simples; fizeram
850 assim por essa recomendação, e para resguardar as pessoas não-quilombolas que vivem na região.
851 Porém, agora essas pessoas estão se voltando contra os quilombolas porque o INCRA não explicou

852 da maneira devida, não falou que a parte é certificada pela Fundação mesmo que não tenha titulação
853 agora. Esses moradores não-quilombolas querem montar um bairro no meio do Quilombo; está
854 formando um conflito. Afirma que o INCRA deveria ter manejado a situação de outra forma e agora
855 abandonou a comunidade: não estão realizando reuniões com as comunidades sob alegação de não
856 ter subsídio. Afirma que o local está apenas com um funcionário, o que não é suficiente. Solicita
857 que seja cobrado a melhoria da equipe. **Presidente Laysmara Edoardo/Povos de Terreiro:** afirma
858 ser um encaminhamento semelhante ao da reunião anterior: é uma questão de sobrevivência, pois o
859 conflito pode se exacerbar. **Rosemary/Quilombolas:** mostra um áudio de uma pessoa incentivando
860 violência contra pessoas quilombolas em grupos de rede social. Afirma que eles têm protocolo de
861 consulta e o Território funciona sob a regulação das pessoas quilombolas. **Presidente Laysmara**
862 **Edoardo/Povos de Terreiro:** fala os encaminhamentos da reunião passada para a plenária analisar
863 se podem ser os mesmos; ofício em caráter de urgência ao MP-CAOP, ofício à SUDIS para marcar
864 reunião com CEPCT, Terra de Direitos, representações quilombolas, INCRA. Afirma que podem
865 recuperar esses encaminhamentos, pois só agora mencionaram três quilombos em situação delicada
866 por essa defasagem do INCRA. **Rosemary/Quilombolas:** pede para acrescentar João Suruá.
867 **Presidente Laysmara Edoardo/Povos de Terreiro:** sugerem pensar uma forma de reunir todas
868 essas questões; talvez solicitar o retorno dessa Mesa Quilombola para ter acompanhamento.
869 **Felipe/SEMIPI:** sugere pedir uma Mesa Quilombola na reunião com esses diversos órgãos, antes
870 de pedir uma reunião com INCRA para solicitar essa Mesa e levar a essa reunião o levantamento
871 das questões que estão acontecendo no Paraná. **Encaminhamento:** 1. ofício ao INCRA de Brasília,
872 informando a questão de falta de pessoal nas unidades do Paraná, solicitando reintegração do corpo
873 técnico e atenção ao conflito no Quilombo de Adelaide, que está à margem de acontecer pela falta
874 de funcionário no setor, assim como atenção a demais quilombos que estão nessa situação como os
875 do Varzeão e o Quilombo João Suruá; 2. ofício em caráter de urgência ao MP-CAOP, à SUDIS para
876 marcar reunião com CEPCT, SEMIPI, Terra de Direitos, representações quilombolas e INCRA; 3.
877 levantamento do andamento das comunicações da reunião de agosto sobre as comunidades do
878 Varzeão. Pauta: 28. Carta de anuência do IAT para energia elétrica nas Ilhas de
879 Guaraqueçaba. Presidente Laysmara Edoardo/Povos de Terreiro: afirma ser um problema
880 generalizado na região, de várias comunidades, e não conseguem uma carta de anuência do IAT
881 para conseguir a liberação formal da instalação de energia elétrica. Lê uma carta de moradora da
882 região: **Olá meu nome é Samanta, moradora da Ilha do Almeida *AGUARDAR LAYSMARA**
883 **ENCAMINHAR CARTA*.** **Claudio/Pescador Artesanal:** informa que esse é um dos casos e que
884 na região tem vários. Relata que há uma senhora que precisa de acesso à energia por questões de

885 saúde, para fazer o tratamento em casa, e ainda não conseguiu a carta do IAT. Tem outra família
886 sem energia que espera há mais de dois anos essa carta de anuência. **Presidente Laysmara**
887 **Edoardo/Povos de Terreiro:** sugere que solicitem que o IAT faça as cartas. Deve ser enviado um
888 ofício para saber quem são os representantes que são os responsáveis no momento, quem é o
889 Gestor; que seja solicitado a nomeação de um gestor para cuidar dessa pauta de Guaraqueçaba,
890 principalmente para cuidar da questão das cartas de anuência em locais que já possuem sistema de
891 energia elétrica e basta autorização para instalação em algumas casas. **Diekson/NUPIER:** fala que a
892 Defensoria tentou comunicação com o IAT de Guaraqueçaba, mas a saída da Maria está
893 dificultando o processo para todos, pois sem o gestor da APA está se acumulando no gestor de
894 Paranaguá. Seria importante pedir esse gestor e que ele visite as comunidades para elas saberem
895 quem é. **Cláudio/Pescadores e Pescadoras Artesanais:** fala que não é uma questão da mudança de
896 gestão, pois é um problema de anos; que quando a Maria estava também não resolveu. Pediram
897 muitas vezes, prometeram fazer visitas para averiguar e nunca foram; seria esse um dos motivos de
898 sua saída. **Felipe/SEMIPI:** informa que Maria fez o que pôde em 2024; entende a ânsia da pessoa
899 que está sem energia, mas esses processos seguem um protocolo e passam por uma cadeia de
900 pessoas, não somente de uma gestora que está dentro de uma hierarquia. Há toda uma equipe
901 técnica que faz o estudo e avalia a possibilidade de execução. Frisa a importância de que tenham os
902 números de protocolo em mãos quando forem fazer as reivindicações. **Cláudio/Pescadores e**
903 **Pescadoras Artesanais:** afirma que nesse caso ela tinha o número de protocolo, mas o próprio
904 órgão não estava realizando o acompanhamento da questão. **Felipe/SEMIPI:** questiona qual o
905 número do protocolo. **Laysmara/Povos de Terreiro:** narra que hoje tiveram situações na qual há
906 um relato da comunidade e isso é legítimo. Por exemplo, não sabem efetivamente se a construção é
907 da rodovia ou uma reforma municipal, mas o fato é que precisam confiar no relato da comunidade;
908 se ela fala que a previsão de duplicar a BR é em 2028, e chegaram na comunidade afirmando que
909 iam fazer mês que vem, não há porque mentirem sobre isso; alguém chegou lá afirmando isso.
910 Afirma que o papel do Conselho é legitimar o relato da comunidade; quando uma moradora diz que
911 há um protocolo e perderam o número, precisam levar em conta esse relato. Fala que é válido
912 solicitar que levantem os números e passar ao IAT; que seja designada uma pessoa para
913 Guaraqueçaba, mas estão mais uma vez falando de mutirão. **Felipe/SEMIPI:** afirma ser um
914 problema generalizado na região, pois já esteve presente na área, mas precisam desses números de
915 protocolo para ter todo esse histórico porque é um problema que apenas se replica, caso não tenha
916 esses registros. **Presidente Laysmara Edoardo/Povos de Terreiro:** afirma que podem ir pelas
917 duas vias: levantar todos os protocolos da comunidade de Almeida, mas podem solicitar um

918 mutirão. Se são 10 comunidades, pedir que o IAT faça um cronograma para cartas de anuência à
919 toda a comunidade. **Claudio/Pescador Artesanal** fala que ficam entristecidos, pois há um ano foi
920 colocado antena de operadora na região e logo após foi instalado energia, e, para os moradores que
921 precisam, não conseguem. **Encaminhamentos:** 1. solicitar ao IAT mutirão de cartas de anuência
922 para solicitações de instalação de energia elétrica nas ilhas de guaraqueçaba, principalmente aquelas
923 que já possuem sistema de energia e há alguns moradores apenas aguardando a liberação para
924 conseguirem acesso. Ainda que envie ao CEPI um cronograma para passar nas 10 comunidades da
925 região que estão com a demanda; 2. solicitar ao IAT nomeação de um gestor para região de
926 Guaraqueçaba, uma vez nomeado deve visitar as comunidades para se apresentar; 3. levantamento
927 dos protocolos de solicitação de energia dos moradores da região (Cláudio). **Pauta: 29. – Ônibus**
928 **da SESA Outubro Rosa. Presidente Laysmara Edoardo/Povos de Terreiro:** informa que a
929 conselheira **Nardi/Povos Ciganos** observou que o serviço dos ônibus não está chegando nas
930 populações mais afastadas. Reconhecem que já existe um cronograma, mas pede que, após ser
931 encerrado, esse ônibus seja levado a essas localizações. **Lucimar/SESA:** afirma que o cronograma
932 está feito para o ano todo, mas está levando para o setor responsável essa questão e que vão
933 procurar colocar na agenda. Indica que é necessário solicitar isso na UBS local para que organizem
934 a rota. Assim, o Município pode se articular com a Secretaria. A campanha está sendo conduzida
935 pela Primeira-Dama; a SESA é executora, mas há questões mais amplas. Para o ano que vem,
936 podem adicionar como critério as comunidades; fala para que articulem com suas unidades de
937 referência para ter acesso a esse cuidado. Fala da Cartilha que entregou sobre Saúde da Mulher: foi
938 feita para ser utilizada em roda de conversa com as comunidades. **Presidente Laysmara**
939 **Edoardo/Povos de Terreiro:** sugeriu como encaminhamento constar em ata o retorno da
940 solicitação. **Encaminhamento:** 1. pedir à Lucimar/SESA que mande o cronograma no grupo; 2.
941 solicitar à SESA que inclua no cronograma de 2026 da carreta da mulher critérios de atendimento
942 para mulheres de povos e comunidades tradicionais. **Pauta: 30. Comunicação com o Conselho**
943 **Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais. Presidente Laysmara Edoardo/Povos de**
944 **Terreiro:** fala sobre a questão das comunicações que estão chegando de forma informal e não
945 recebem convites. Sugerem a construção de uma mala direta ou um grupo de *Whatsapp* das
946 presidências para melhorar as comunicações. **Encaminhamento:** enviar ofício ao CONAPIR
947 solicitando melhora nas comunicações de eventos, cursos e outros assuntos pertinentes ao CEPCT
948 por meio de uma mala direta ou grupo de redes sociais. **Pauta: 31. Conferência Estadual de**
949 **Desenvolvimento Rural Sustentável-PR. Presidente Laysmara Edoardo/Povos de Terreiro:**
950 fala que a conselheira **Nardi/Povos Ciganos** fez um levantamento a respeito e identificou a

951 necessidade de informações da Conferência Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável do
952 Paraná, pois, aparentemente, não está prevista no Estado. **Encaminhamento:** solicitar informações
953 ao MDA e realização de Conferência Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável do Paraná.
954 **Pauta: 32. Campings em locais de circo para povos ciganos.** **Presidente Laysmara**
955 **Edoardo/Povos de Terreiro:** afirma que, segundo a conselheira **Nardi/Povos Ciganos**, foi uma
956 solicitação de antes da pandemia. Há um protocolo que não foi respondido. A solicitação é que nos
957 locais de itinerância cigana seja garantido o acampamento dos grupos dentro desses espaços em que
958 os circos se alocam. Sugere levantar as atas em que a pauta foi apresentada anteriormente e o
959 protocolo. **Encaminhamento:** levantar as atas em que a pauta foi apresentada anteriormente e o
960 protocolo sobre acampamento de povos ciganos em locais de circo. **Pauta: 33. Registro produções**
961 **e feiras de PCT's.** **Presidente Laysmara Edoardo/Povos de Terreiro:** apresenta a pauta. Diz que
962 debateram no dia anterior. As propostas de encaminhamentos são a respeito de publicizar as
963 questões dos PCTs do Paraná. Pensaram em criar uma página nas redes sociais do CEPCT para
964 divulgar as ações e produtos dos PCTs: fotos das reuniões e eventos. Muitas vezes fica apenas no
965 grupo dos conselheiros. Fala sobre a dificuldade de legitimar as ações de atendimento à sociedade
966 que muitos PCTs fazem. Por exemplo, muitos terreiros fazem ações de distribuição de alimentos, de
967 cuidado com a saúde, preservação ambiental; a ideia é que essas ações dos conselheiros e dos
968 segmentos seja a grande vitrine dos Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná. Pensaram em já
969 constituir uma comissão informal para dar cabo da questão e começar a organizar o material. Indica
970 que seria importante ter uma pessoa da equipe SEMIPI designada a acompanhar essas atividades e
971 auxiliar com algumas questões. Frisa que também seria importante a página *on-line* do CEPCT ser
972 utilizada para isso também, com publicações de pratos típicos, premiações à culinária tradicional e
973 entre outras questões, com uma agência de notícias. Reforça a necessidade de trazer a público as
974 práticas tradicionais. Comenta do manejo do fogo dos quilombolas, dos remédios das benzedeadas;
975 são todas ações e produtos dos povos do Paraná. É um registro, ainda que informal, mas que é das
976 comunidades. **Lucimar/SESA:** fala que é uma questão de publicizar, mas é importante verificar a
977 nível de SECOM para saber como operacionalizar, pois há uma série de parâmetros e limitações
978 para serem publicadas em *sites* do Governo. **Felipe/SEMIPI:** fala que uma página governamental
979 pode ser difícil, pois não é somente a própria SEMIPI que faz, é de responsabilidade da própria
980 Secretaria. Porém, redes sociais já podem ser iniciadas pelo próprio Conselho. **Ailton/Ilhéus:**
981 informa que o Conselho Nacional tem a plataforma Território Vivo, e eles fazem lá os registros.
982 Houve uma discussão de quem iria coordenar e ficou a cargo do MPF. **Lucimar/SESA:** afirma ser
983 muito importante até para a autoestima dos segmentos. Relata que está há muito tempo dentro

984 dessas discussões e tem coisas que discutem desde 2013; tiveram conquista, mas o tempo do Estado
985 é muito lento; e tem agora o tempo de eleição, o que demora mais ainda. Reforça que é importante
986 não desanimar; pode ser difícil por canais oficiais, mas os canais independentes são muito
987 importantes. **Encaminhamento:** será criado o *Instagram*. SEMIPI está convidada a compor a
988 administração. **Pauta: 33. Feira PCTs.** Presidente Laysmara Edoardo/Povos de Terreiro
989 explica ser um pedido para a SEMIPI executar ano que vem, pensado como modelo as Feiras de
990 Agroecologia, e é importante que saia nos modos das práticas tradicionais. **Encaminhamento:**
991 **solicitar à SEMIPI o planejamento e execução de uma Feira de PCTs para 2026, nos moldes das**
992 **feiras agroecológicas, e pensando nas práticas tradicionais.** **Pauta: 34. Reunião com OAB**
993 **primeira semana de Dezembro 2025.** Dra. Ana/OAB: informa que conversaram de manhã e
994 pensaram em fazer uma reunião conjunta. Portanto, solicita que façam uma lista de pautas
995 importantes em que a OAB pode ajudar. Acompanhou a reunião hoje e reparou vários pontos em
996 que podem fazer pressão, articulação. Questiona qual dia seria apropriado para fazer uma reunião e
997 chamar as pessoas que são relevantes. Pede que enviem as pautas prioritárias. **Presidente**
998 **Laysmara Edoardo/Povos de Terreiro:** fala que a sugestão é que na próxima reunião ordinária
999 seja realizada uma reunião com a OAB na véspera. Fala que implica não só agenda, mas os custos,
1000 pois a ideia não é só pensar a Feira de Agroecologia, mas também um seminário de direitos aos
1001 PCTs. É importante pensar nessas questões, que são as que sangram. Afirma que, se possível, seria
1002 importante ter presença de representantes dos conselheiros do CEPI na reunião, e também na
1003 composição do Seminário e da Feira. **Maria Regina/SEAB:** explica que existem em várias regiões
1004 do Paraná uma feira de trocas de sementes crioulas que podem também ser analisadas para uma
1005 parceria. **Presidente Laysmara Edoardo/Povos de Terreiro:** afirma ser importante fazerem essas
1006 articulações com feiras diversas para levar as ações do Conselho. **Encaminhamento:** reunião com
1007 **OAB/PR – Comissão de Povos Originários e demais representantes (incluindo SEMIPI) após as**
1008 **câmaras, dia 02/12, para tratar de Feira de Artesanato de PCTs, Seminário de Direitos para PCTs e**
1009 **demais pontos que se façam necessários.** **Presidente Laysmara Edoardo/Povos de Terreiro:**
1010 agradece a presença de todos. Informa que encerram as reuniões do ano nos dias dois e três de
1011 dezembro. Encerra a reunião. A presente ata foi redigida em reunião pela servidora Marina Rita
1012 Silva e a estagiária Ge Figueiredo. Formatada pela estagiária Pollyana Ferreira Sora e revisada pela
1013 Secretária-Executiva do Conselho de Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná Anne Lima.